

Municipalização é criticada por educadores

Alvaro Motta/AE

Para especialistas reunidos na USP, modelo representa apenas 'transferência de gastos'

JULIANA JUNQUEIRA

O modo como está sendo efetivada a municipalização da educação no País foi criticado ontem durante o ciclo de debates USP Fala sobre Educação, na Universidade de São Paulo. Para os educadores, o que ocorre hoje no gerenciamento da educação é uma "transferência de gastos" do Estado para o município. O detonador desse processo teria sido o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), repassado para as cidades que ampliaram a rede municipal de ensino fundamental.

"Mas com o dinheiro do Fundef também vem o ônus do trabalho", afirmou José Marcelino de Rezende Pinto. Para o professor da USP e conselheiro do Conselho Estadual de Educação (CEE), José Mário Pires Azanha, "é preciso municipalizar a preocupação com a educação e não as despesas com a educação".

Um dos pontos que precisam ser rediscutidos, na opinião dos palestrantes, é o modo como ocorreu a descentralização.

"É preciso descentralizar, também, os recursos", enfatizou Neroaldo Pontes de Azevedo, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. "Se não, os municípios só arcarão com o trabalho e não terão verba suficiente para proporcionar uma



Pontes de Azevedo: "É preciso descentralizar, também, os recursos"

educação com qualidade."

Políticas educacionais – A municipalização foi um dos pontos abordados no encontro, organizado para discutir propostas para o Plano Estadual de Educação. O CEE já está elaborando uma proposta que de-

verá prever, programar e promover políticas educacionais para todos os níveis educacionais do Estado. "Nós queremos ampliar a discussão sobre o plano com todos os segmentos que partilham da educação, como a família, os professores, a universidade e o governo", afir-

mou a diretora da Faculdade de Educação da USP, Myriam Krasilchik.

O Estado não tem um plano de educação há mais de 30 anos. Em 1994, entretanto, o governo brasileiro assumiu o compromisso de elaborar não só o plano nacional como também contribuir para a preparação dos planos estaduais de educação. Uma síntese das discussões no evento da USP será encaminhada ao conselho. Cabe ao CEE elaborar, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, o projeto de lei do plano. Após finalizado, ele será submetido à aprovação da Assembleia Legislativa.

Plano – Segundo o professor Azanha, o conselho já aprovou um roteiro para as discussões sobre o plano. Dois pontos centrais vão nortear os debates: a garantia de acesso e de permanência dos estudantes no ensino fundamental e a ampliação da educação no ensino médio. Para debater esses pontos, o conselho vai formar comissões com representantes da sociedade civil, das universidades e do governo. O prazo para o término do trabalho é de seis meses.

Para Azanha, é necessário ampliar as discussões sobre o plano. "Sei que é necessário formular políticas públicas para a educação, mas devemos tomar cuidado com algumas questões", afirma. Uma delas é o fato de a criação de leis "engessar" o processo, que precisa de flexibilidade para funcionar bem. "Acredito que a lei poderia ser apenas uma ampla especificação das múltiplas e possíveis ações recomendáveis nos diversos níveis do sistema escolar."